



SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

CLIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD - RN

PROJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24006/2022

Prezado Sr. Pregoeiro,

A METDATA tem como missão tornar as informações mais disponíveis, eficientes e humanizadas através da tecnologia.

Com base no que foi levantado e analisado no referido edital PE nº 24006/2022, a **Metdata Tecnologia da Informação Eirelli, CNPJ nº 28.584.157/0003-92**, neste ato representada por representante legal, vem, mui humilde e respeitosamente, oferecer a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em tela, **MOTIVADAMENTE** ao DIRECIONAMENTO com lastro na Constituição Federal de 1988, Lei nº 8666/93 e Decreto nº 5450/2005, na forma estabelecida no edital, o que faz da seguinte forma:

I. DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Conforme determinou o item 23.1 do edital convocatório, o prazo legal e os legitimados para interposição da impugnação ao edital:

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao.semاد@natal.rn.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



SEMAD, localizada à rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta – CEP 59.025-520 Natal/RN.

Logo, a Impugnante não só é parte legítima para o ato, como também o pratica tempestivamente.

De toda sorte, é poder-dever do Administrador Público conhecer e rever, de ofício, aqueles atos administrativos que afrontem a legislação pátria, eis que a existência de ilegalidades nestes atos, caso não sejam sanadas em tempo hábil, fatalmente ensejarão no fracasso do certame licitatório, seja por macular todas suas fases sucessivas, seja por eivar o próprio contrato dela decorrente de nulidade, causando enormes prejuízos à Administração Pública, o que não é admissível. Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua Comissão para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

II. PREÂMBULO – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A bem da verdade, como empresa atuante no setor de licitações, com atuação especializada no fornecimento de equipamentos e soluções da área de Tecnologia da Informação, não pode permitir que órgãos públicos cometam verdadeiras atrocidades nos processos licitatórios aos quais estão submetidos.

Sendo assim, o Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vem por meio desta oferecer a presente impugnação ao passo que no presente certame traz consigo cláusulas que comprometem a disputa, inviabilizando à Administração que analise uma oferta vantajosa em sua técnica e preço, **impossibilitando até mesmo que empresas mais capacitadas para esta contratação possam ser selecionadas.**

Com efeito, o exame acurado do edital **revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório**, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um único fabricante, em um **verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO no objeto licitado, através da falta de isonomia**, contrariando todo dispositivo legal em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

Nesse sentido, impende salientar à queima-roupa que **as matérias-objeto da presente impugnação são questões pacificadas no âmbito deste próprio Tribunal de Contas da União**, cabendo lembrar que segundo a Súmula STF nº 347,

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



‘o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público’ – podendo, assim, declarar a nulidade de qualquer ato e procedimento adotado em uma licitação que esteja em dissonância com seus preceitos, com a lei e, em especial com o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Sob esse enfoque, oportuno destacar que o direcionamento em certames licitatórios é assunto diuturnamente tratado pelo Tribunal de Contas da União, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, in verbis:

“(…) 9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o fumus boni iuris nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Politec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido – cerca de R\$ 8.670.000,00 (oito milhões, seiscentos e setenta mil reais).” **(Decisão 819/2000 – Plenário)**

“Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% **(RI-TCU, art. 220, inc. III).**”**(ACÓRDÃO N° 105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00- P)**”

Quanto à ação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no caso de possível direcionamento, colacionamos decisão nº 153/98, in verbis:

“O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 3. Considerando os indícios descritos de direcionamento da aludida licitação; e que tal procedimento licitatório não se conformaria à atual política de contenção de gastos impostos à Administração Pública, solicita que este Tribunal se digne a:

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



a) liminarmente, determinar ao Ministério da Justiça a suspensão do mencionado procedimento licitatório, uma vez que a matéria indica a abertura de propostas para o dia 11 do mês corrente;

b) determinar, com fulcro no art. 41, inciso II, também da Lei nº 8.443/92, a realização de inspeção no Ministério da Justiça, com vistas ao cumprimento dos misteres supra- assinalados e, se for o caso, identificar os responsáveis pelos atos eventualmente irregulares.

5. Em resposta à diligência desta Secretaria, por meio do ofício nº 68/SE/MJ, de 03/02/98 (fls. 12), o MJ prestou as seguintes informações:

a) os atos referentes ao processo licitatório da Tomada de Preços nº 12/97 foram suspensos por intermédio da Portaria do Gabinete do Ministro/MJ nº 1.215, de 02/12/97 (fls.14);

b) a mesma Portaria desconstituiu a Comissão Permanente de Licitação, dispensando os seus membros;

c) Comissão de Avaliação, constituída mediante Portaria do Gabinete do Ministro/MJ, de 18/12/97, (fls. 16) para analisar a matéria, concluiu pela existência de irregularidades na licitação que comprometeriam todo o procedimento até então praticado, ante a inobservância do disposto no art. 3º, inciso I, da Lei 8.666/93 (fls.22)”

Inclusive, não é demais lembrar que a própria Lei n.º 8.666/93 está carregada de tópicos de preocupação, acerca da responsabilização de eventuais responsáveis da disputa por: a) **imposição de restrições indevidas à ampla concorrência**; b) **elaboração imprecisa de editais** e c) **inclusão de cláusulas que denotam o direcionamento do procedimento licitatório**.

Dando respaldo a esse poder de cautela, o art. 82 ordena que, os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas, "**sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal**".

Acrescente-se, por adequado, que restrições indevidas e preferências injustificáveis podem ser **enquadradas criminalmente no artigo 90 do Estatuto Licitatório (frustrar mediante qualquer expediente, o caráter competitivo da licitação. Pena de 2 a 4 anos, além de multa)**.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100

Assim, os fundamentos jurídicos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores do direito, e **PRINCIPALMENTE AGENTES PÚBLICOS**, pois constituem proteção ao sagrado interesse público maior – razão está suficiente a proclamar a retificação do edital no tocante às exigências que extrapolam os comandos legais, como será demonstrado a seguir:

III. **DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E DO DIRECIONAMENTO**

Conforme previsto no edital item 07 scanners, a necessidade do órgão é adquirir scanner Duplex com ADF, destarte que a especificação técnica, possui características similares ao scanner AVISION AD230U, levando a crer que ao realizarem pesquisa de preços, o mesmo pode ter sido utilizado como modelo de referências.



SCANNER AD230U

O scanner AD230U tem uma velocidade de 40 páginas por minuto e 80 imagens por minuto duplex a 200dpi, esse modelo é rápido, confiável e acessível para as empresas onde possui sistema para digitalização de cartões rígidos como identidade, cartões de visita, cartões de crédito e outros tipos de papel espesso. Combinando tecnologias avançadas de rolo reverso de alimentação de papel, o AD230U terá uma velocidade rápida com confiabilidade excepcional em uma ampla variedade de situações de digitalização.

Principais Características

- ✓ A4
- ✓ ADF: 100 folhas
- ✓ Cartões Rígidos
- ✓ Duplex
- ✓ Páginas Longas
- ✓ Sensor Ultrasônico
- ✓ Velocidade: 40 ppm / 80 ipm

[DOWNLOAD CATÁLOGO](#)

[COMPARAR](#)

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100

ADF (Máx)	216 x 356 mm
Capacidade do ADF	100 folhas (A4 : 80 g/m ²)
Gramatura do Papel	27~ 413 g/m ²

Velocidade

Velocidade (PB @ 200dpi, A4)	Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm
Velocidade (Colorido @ 200dpi, A4)	Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm
Velocidade (PB @ 300dpi, A4)	Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm
Velocidade (Colorido @ 300dpi, A4)	Simplex : 30 ppm Duplex : 60 ipm



efetivamente o risco de atolamento de papel.

Detecção ultra-sônica de múltipla alimentação

Com a capacidade de detecção de múltipla alimentação ultra-sônica, o scanner permite que você detecte o papel sobreposto através da detecção de espessura de papel entre os documentos. A função de ultra-som pode ser desligada durante a digitalização de documentos com etiquetas, notas ou recibos. Este design inovador evita alimentação dupla e eficazmente digitaliza documentos de diferentes pesos ou espessuras.

O design compacto poupa seu espaço

O AD230U apresenta um design único e elegante, a bandeja de entrada e saída de papel pode ser dobrada quando não estiver em uso. A bandeja de papel também ajuda a proteger o scanner contra o pó. Ao contrário de scanners convencionais volumosos, o AD230U é fino e pode ser facilmente transportado e não ocupa muito espaço.

Botão de digitalização intuitivo

O AD230U é fácil de usar através do display LCD e botões no painel. Ao selecionar o seu destino e pressionar o botão "Scan", a digitalização pode ser feita e a imagem digitalizada pode ser enviada para o seu aplicativo de destino especificado, como e-mail, impressora ou a sua aplicação de software de edição de imagem. Até nove configurações de digitalização mais usadas e destinos podem ser predefinidos para diferentes necessidades de digitalização.

Poderosas aplicações do software

O AD230U vêm com drivers TWAIN e ISIS, e são fornecidos com um conjunto poderoso de aplicações de software que incluem Avison Button Manager V2, Avscan X e ScanSoft PaperPort SE 14. Com Button Manager V2, você pode criar PDFs pesquisáveis, digitalizar e enviar imagens para e-mail, impressora ou servidores nas nuvens, como o Google Drive™, FaceBook, ou Evernote® com apenas um simples toque de um botão. O Avscan X e ScanSoft PaperPort são altamente eficazes no processamento de imagem e gerenciamento de documentos que ajuda a simplificar a sua tarefa de forma mais eficiente.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



1º PONTO RESTRITIVO – Exigência de velocidade a 200 e 300 dpi

velocidade de digitalização a 200dpi (A4, color retrato): 40 ppm simplex e 80 ipm duplex; -

velocidade de digitalização a 300dpi (A4, color retrato): **30 ppm simplex e 60 ipm duplex;**

Da simples leitura e análise do edital com a comparação com o modelo AD230U é nítida que houve um “copia e cola” da exigência de velocidade, sendo uma afronta ao princípio da isonomia para com os fornecedores. Entendemos que a administração pública utilize de modelos de referência, porém, não se pode apenas copiar e colar sem levar em consideração a real necessidade do órgão. E mais, não pode a administração excluir da disputa outros fabricantes apenas por utilizar se de uma especificação de um determinado produto.

Basta uma pesquisa rápida na internet conforme demonstraremos abaixo, é possível adquirir bons equipamentos com a velocidade de **30 ppm (exigido no edital) a 35 ppm.**

Destarte baseado nas informações, a exigência deveria ser revista e reconsiderada aumentando o rol de fornecedores na disputa.

2º PONTO RESTRITIVO – Ciclo diário

Ciclo diário médio de 5.000 documentos

Da simples leitura e análise do edital com a comparação com o modelo AD230U é nítida que existe uma grande semelhança entre as especificações, sendo uma afronta ao princípio da isonomia para com os fornecedores. Cabe mencionar que pelo que podemos verificar nos sites dos principais fabricantes de scanners, possuem scanners com ciclo diário de a partir de 4.000 folhas e, estão condizentes com o valor utilizado para referência do item.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Basta uma pesquisa rápida na internet conforme demonstraremos abaixo, é possível adquirir bons equipamentos com o ciclo diário em torno de 4.000 folhas.

Destarte baseado nas informações, a exigência será revista e reconsiderada aumentando o rol de fornecedores na disputa. Exigindo especificações de acordo com a necessidade real do órgão e condizente com os equipamentos disponíveis no mercado.

3º PONTO RESTRITIVO – Possuir painel LCD e botões

possuir painel LCD e botões que possibilitem informar o destino (pasta compartilhada, impressora, e-mail e aplicativo selecionado) e iniciar a digitalização diretamente no scanner;

Da simples leitura e análise do edital com a comparação com o modelo AD230U é nítida que a mesma foi “copiada e colada”, conforme imagem extraída do site da avision. Ressaltamos que essa não é uma necessidade do órgão e sim, foi extraída de um possível equipamento utilizado como referência. Atualmente, existem no mercado scanners com **painel LCD e painel de LED ou mais conhecido como 7 segmentos.** Em ambos os casos, os botões são disponibilizados para escolha de destino. Dessa forma, entendemos que a exigência poderá ser revista evitando assim um direcionamento no processo e aumentando o rol de fornecedores.

IV DOS EQUIPAMENTOS DISPONIVEIS NO MERCADO E QUE PODERIAM ATENDER AS NECESSIDADES

É fato que as principais características que determinam o porte de um scanner são: velocidade, capacidade do ADF e ciclo diário. Porém, ao realizarmos uma simples pesquisa na internet com a velocidade e capacidade do ADF exigidos, obtemos resultados de equipamentos com a velocidade em torno de **30 a 35 ppm/ ADF de 50 folhas e ciclo diário em torno de 3000 a 4000 folhas com painel LCD ou LED com botões.**

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Brother AD-2200

<https://www.brother.com.br/products/ads2200>

Capacidade ADF 50 folhas

Ciclo de trabalho diário 3000

Velocidade de digitalização 35 PPM

Painel de botões

EPSON WorkForce ES-400 II

<https://epson.com.br/Para-casa/Scanners/Scanners-de-documentos/Scanner-de-Documents-Epson-WorkForce-ES-400-II/p/B11B261201>

Capacidade ADF 50 folhas

Ciclo de trabalho diário 4000

Velocidade de digitalização 35 PPM

Painel de botões

CANON S150

Capacidade ADF 60 folhas

Ciclo de trabalho diário 4000

Velocidade de digitalização 45 PPM

Painel de botões

<https://www.canon.pt/business/products/scanners/document-scanners/imageformula-dr-s150/>

**Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041**

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



KODAK ALARIS E1035

Capacidade ADF 80 folhas

Ciclo de trabalho diário 4000

Velocidade de digitalização 35 PPM

Painel de LED

<https://www.alarisworld.com/pt-br/solutions/document-scanners/desktop/e1035-scanner>

I. DOS MOTIVOS AO REFAZIMENTO DO EDITAL

O exame acurado do edital revela que, não obstante o órgão licitante não faça referência ou apresente um rol de justificativas quanto à especificação técnica para impor um direcionamento a marca e fornecedor, o mesmo sequer se incumbiu de comprovar a necessidade de tal direcionamento.

Isto posto, a aquisição de equipamentos desta Prefeitura não justifica o direcionamento a marca, e mesmo que fosse necessário, deveria ser muito bem justificado, o que se encontra ausente no referido processo licitatório.

Mesmo que se queira argumentar que “*não está direcionado*” pelo fato de trazer uma especificação técnica que não exige determinada marca ou modelo do produto, incorre em grave falta quanto princípio da isonomia, princípio basilar no ordenamento jurídico que rege os processos administrativos e licitatórios. Portanto, deve-se considerar que o processo esteja direcionado, pois, ferindo a isonomia e a impessoalidade, o mesmo direciona o certame.

Ao se fazer a análise da descrição técnica e analisá-la comparativamente à oferta de produtos do mercado, observa-se que somente um equipamento atende completamente às exigências técnicas do Edital.

Por mais que o Edital não faça referência a uma marca específica, o conjunto de descritivos técnicos leva a uma oferta exclusiva de uma única marca, com a exclusão dos demais concorrentes do certame.

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



Com efeito, revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, **limitando o leque da licitação para apenas um único fabricante, caracterizando um verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO do objeto licitado**, contrariando todo dispositivo legal em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

Considerando que o procedimento licitatório em voga é organizado em lote único, restou aferido a existência de graves indícios, que apontam nítido favorecimento em seu descritivo.

Deste modo, durante o procedimento licitatório, o princípio da moralidade está inserido, pois dentre os objetivos deste procedimento, estão determinados critérios e regras para realização do certame, de modo a evitar que o administrador público se aproprie de forma indevida de bens da Administração para favorecer a si ou a terceiros. O Ato administrativo que não for pautado pela moralidade será tido como ilegítimo.

No processo em questão, são exigidas especificações de produto baseado em apenas um único fabricante, e conseqüentemente limita a participação no certame de apenas um fabricante que atenda as minuciosas especificações técnicas dos produtos.

Verifica-se que o Edital está maculado de vício insanável de tal forma que somente prejudica completamente o caráter da ampla competição.

Por outro lado, esta empresa atua com produtos similares, de marca líder mundial de mercado, de qualidade até superior à especificação exigida, que atendem todas as normas e padrões de qualidade.

Portanto, excluir a impugnante viola a todos os princípios constitucionais que prezam pela eficiência, isonomia, competitividade (ampla concorrência), razoabilidade, finalidade e, em especial, moralidade.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União também se posicionou que a especificação técnica dos equipamentos licitados não podem afastar a competitividade e isonomia, favorecendo a ampla disputa.

Verifica-se então que o certame em referência, embora eivado de vício, poderia ser sanado, utilizando-se critérios razoáveis no que tange à especificação do produto,

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



favorecendo a competitividade e o interesse público, na medida em que os preços devem ao se ampliar a disputa entre concorrentes.

Ora, por óbvio, que a especificação dos produtos que carregam para um único fabricante implicará no ilegal vício de macular a competitividade do certame.

AFINAL, A QUEM INTERESSA DIRECIONAR O PROCESSO A UMA ÚNICA MARCA (AVISION)? CERTAMENTE QUE NÃO INTERESSA A ESTA LICITANTE, TAMPOUCO É DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Visando evitar esta prática condenável e seguindo o raciocínio de razoabilidade, roga-se para que seja procedida a revisão da especificação técnica dos scanners.

II. DO DESCUMPRIMENTO LEGAL

A Carta Magna vincula os atos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e dispõe:

Art. 37... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste sentido, em consonância ao princípio da Soberania Constitucional, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 veda de forma clara e veemente a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições, julgamentos e decisões que discriminem ou afastem o caráter competitivo do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato.

O inciso I do art. 40, da lei r. Lei estabelece que o objeto deve ser descrito no edital de licitação de forma sucinta e clara e o inciso I, do art. 3º, assim determina:

Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia** e a selecionar a proposta mais vantajosa para

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Não obstante, a Lei Geral de Licitações, em seu art. 7º, §5º e §6º, se posiciona expressamente contrário ao direcionamento e a concomitante restrição da competitividade ao procedimento licitatório, conforme transcrevemos abaixo:

Art. 7º... §5º **É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas**, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

A doutrina de Hely Lopes Meirelles, acerca da de tão relevante tema, assim nos ensina:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. **(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)**

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100



A competitividade é um princípio fundamental da licitação e tem a devida proteção pela legislação, tipificando a ação injusta e culminando pena aos agentes que ensejarem frustrar este princípio.

DOS PEDIDOS

Pelos ditames normativo-princípio lógicos supracitados, requer-se:

- a) O acolhimento da presente Impugnação,
- b) Alteração das especificações dos produtos para conferir o caráter competitivo do certame para fins de participação da impugnante, na medida em que invariavelmente apenas um fabricante tem a possibilidade de oferecer tais produtos;
- c) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Cariacica, 17 de Janeiro de 2022

Representante Legal
METDATA Tecnologia da Informação
CNPJ: 28.584.157/0003-92

Tel. (11) 2894-1104/
(11) 99140-8041

www.metdata.com.br

contato@metdata.com.br

São Paulo (SP): Rua Pereira Estéfano, 114, Cj. 106, Ed. Station Offices, Vila da Saúde, CEP 04144-070
Cariacica (ES): Rod. Gov. Mario Covas 256, KM280 Portaria B, Sala 90, Padre Mathias, CEP 29157-100